TI VERDE, GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA E LIXO ELETRÔNICO

Trazemos elementos para discussão que permitam a ampliação e a construção de uma percepção crítica por parte de todos os profissionais de TI sobre as questões e ações socioambientais a serem debatidas pelos trabalhadores, vislumbrando diversas possibilidades de interferir fisicamente e materialmente na realidade onde vivem, isto é, em seu ambiente de trabalho, de maneira a potencializar os cuidados com o meio ambiente utilizando a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Neste sentido, as proposições previstas objetivam, além de ações de sustentabilidade e eficiência, a difusão de conhecimentos e informações sobre a temática ambiental, sensibilizar e criar condições para a mudança de comportamentos, valores e atitudes que potencialize o atendimento às demandas de controle e sustentabilidade ambiental, a integração entre as diversas áreas das empresas e seu amplo comprometimento com a temática da Informação e Comunicação aliada à questão ambiental.

A chamada TI Verde – um conceito que as empresas de tecnologia criaram para pregar o uso de recursos tecnológicos e políticas que minimizem cada vez mais as agressões ao meio ambiente – tornou-se estratégica e mandatória não somente pela economia de custos que proporciona, mas, agora, também pelos benefícios que traz à imagem da empresa.

Estudo realizado no ano passado pela consultoria IDC destaca que as iniciativas de TI Verde estão crescendo em importância nas empresas, de acordo com a avaliação de 80% dos executivos brasileiros que participaram da pesquisa. Outro dado especialmente importante é que 43% revelaram que no momento de escolher um fornecedor levam em conta suas ações de preservação ambiental. O que prova que garantir a existência das futuras gerações pode ser providencial.

De acordo com o instituto de pesquisas Gartner, TI Verde está fortemente posicionada entre as tendências para este e o próximo ano. Ao longo deste ano, diz o Gartner, dois dos seis pré-requisitos de compras em TI serão referentes a produtos e serviços que respeitem o meio ambiente, com menor consumo de energia. Isso será a realidade para um terço das empresas de TI. A prioridade será a economia de energia. Inicialmente, a motivação será de conter gastos.

Considerando essas tendências, o maior desafio para os trabalhadores será o da viabilização de canais conjuntos de articulação, de mudanças comportamentais e da colaboração para a construção de ações propositivas com a construção de políticas públicas para este fim. Uma nova cultura no ambiente das empresas será estabelecida onde cada uma de suas partes (indivíduos) influencia o todo (empresa), mas ao mesmo tempo a sociedade, os padrões sociais, influenciam os indivíduos. Portanto, para haver transformações significativas não bastam apenas mudanças individuais (partes), mas necessita-se também mudanças recíprocas nas empresas (como um todo).

Neste contexto a gestão ambiental nas empresas visa adequar o seu processo produtivo e a transversalidade com todos os órgãos de governo, para que minimize o seu impacto ambiental, tendo como premissa compras/ações verdes e a sua preservação/conservação sejam nela ou quem está diretamente ligado a ela. Irá requerer um trabalho educativo que vá além da transmissão de novos conhecimentos, mas que passa também por uma mudança de cultura, de valores, hábitos e atitudes individuais e coletivas.

O papel fundamental da educação ambiental (EA), que vai além de transmitir conhecimentos pertinentes aos procedimentos de gestão, é o de sensibilizar, mobilizar e promover a participação, constitui-se em um fundamental instrumento de gestão ambiental, que pode subsidiar a construção deste novo modelo de gestão e desenvolvimento que seja sustentável ambientalmente.

Para seu devemos construir o pilar constituído por:

1) A difusão e construção do conhecimento individual e coletivo;
2) Estímulo à sensibilização (fundamental no processo educativo);
3) Vivências de novas práticas (praticar e vivenciar o conhecimento adquirido);
4) Promoção da participação coletiva (mobilizar em grupo);
5) Elaborar e produzir materiais de apoio, de caráter educativo, para subsidiar o processo formativo e as ações nos diversos ambientes (interno e externo) de cada empresa; e
6) Gerir a coisa pública com foco na inclusão digital, socioambiental e na melhoria dos serviços públicos.

A ecoeficiência, é uma filosofia de gestão que visa a otimização de todos os processos envolvidos na criação de um produto ou serviço, de forma a possibilitar o mesmo nível de produção com menor utilização de recursos. Sob o ponto de vista econômico, o incentivo reside na minimização das perdas de materiais, água e energia não utilizada eficazmente no processo produtivo, mas também na minimização dos custos associados aos tratamentos de fim de linha. Em termos ecológicos, reside na utilização eficiente dos recursos, diminuindo os impactos ambientais negativos associados.

A ecoeficiência representa a possibilidade de atingir maior valor agregado ao produto ou serviço, a partir de menor utilização de matérias-primas, redução energética e de emissões. Aplica-se a todas as áreas do produto, desde o marketing verde ao desenvolvimento do mesmo, passando por sua produção, distribuição e descarte. Na Europa, o WBCSD (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável) identificou sete elementos, que os negócios podem utilizar para melhorar a ecoeficiência:
1) Redução no consumo de matéria-prima;
2) Redução no consumo energético;
3) Redução e descarte correto de substâncias tóxicas;
4) Aumento da reciclabilidade;
5) Otimização e uso de materiais renováveis;
6) Prolongamento do ciclo de vida do produto ou serviço; e
7) Aumento da produtividade do produto ou serviço com menor utilização de recursos.

Nossas empresas públicas, ao praticar a ecoeficiência, compras e a gestão ambiental públicas, estarão mediando disputas pelo acesso e uso da Tecnologia da Informação e Comunicação e dos recursos ambientais, em nome do interesse público, numa sociedade complexa, onde o conflito de interesses é inerente à sua existência. Nesse processo, ao decidirmos sobre a destinação dos bens ambientais (uso, não uso, como usa, quem usa, quando usa, para que usa, onde usa) o poder público, distribui e dilui os custos e benefícios para a sociedade. Com a eficácia dessas ações estaremos assumindo uma determinada noção de sustentabilidade que nos potencializa nos princípios que garantam transparência e justiça social na prática da gestão ambiental pública.

Podemos afirmar que indicativos importantes dos projetos serão aqueles que sinalizarão a economia das contas públicas, o incentivo as compras verdes, a relevância no tratamento das questões socioambientais, principalmente no que diz respeito ao emprego e renda dos organismos sociais, de empresas e órgãos públicos, de instituições parceiras e, principalmente, os indicativos de sustentabilidade ambiental daqueles envolvidos.

A disseminação da idéia para um número cada vez maior de pessoas se dá a partir do momento em que setores da sociedade passam a contribuir com ações e propostas, aonde novas posturas vão surgindo.

A TI Verde, Gestão Ambiental Pública, Políticas e Compras Públicas Sustentáveis, o descarte do Lixo Eletrônico podem impulsionar nossa sociedade para mudanças comportamentais e de

paradigma visando um consumo responsável, através do uso do poder de compra do Governo para a promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Processos de compra e contratações públicas são oportunidades para que o governo participe ativamente dos esforços da sociedade para alcançar um modelo de desenvolvimento mais justo, igualitário e sustentável.

As atividades de licitação pública movimentam de 10% a 30% do PIB de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Se não houver uma avaliação consistente dos gastos públicos, as consequências podem ser perversas. As compras e contratações do governo devem ser tratadas como políticas públicas, e não como meros atos administrativos.

Todo órgão de governo pode contribuir para reduzir impactos negativos dos processos produtivos e das práticas de consumo e influenciar as tendências (positivas) de mercado. Critérios como sustentabilidade, desenvolvimento de comunidades locais e criação de novos mercados devem orientar as políticas públicas no campo das licitações.

Ao optarem por produtos ou serviços que ofereçam os maiores benefícios socioambientais (da extração da matéria-prima, passando pelo processo produtivo, até o descarte), os governos estimulam os fornecedores. Gerando uma economia de escala, o processo pode levar consequentemente à redução de preços, custos e de serviços. Mais baratos, esses produtos e/ou serviços passariam a ser demandados por outros compradores, outros consumidores, incentivando o mercado de negócios e serviços sustentáveis e a inovação. As consequências naturais são: mais competição no setor privado e maior procura por produtos com melhor desempenho socioambiental.

A licitação sustentável é uma realidade na Coréia do Sul, nos EUA e em vários países europeus. No Brasil desde 1998 os órgãos do governo federal estão proibidos de adquirir equipamentos que contenham substâncias nocivas à camada de ozônio. Em algumas capitais do Brasil, já são realizadas compras públicas sustentáveis respaldadas por decretos de leis locais e critérios de sustentabilidade nas licitações visando incrementar seus pregões eletrônicos. E se o leilão virtual já permite mais transparência nas compras públicas, também será possível monitorar a contribuição do poder público para a sustentabilidade. Convém não se precipitar em julgamentos apressados de que as compras públicas governamentais custam mais caro ou que a legislação brasileira cria embaraços a este procedimento. Já existem argumentos técnicos – econômicos e jurídicos – que sugerem cautela nessas afirmações.

Diferentes pesquisas realizadas pelo Instituto Akatu para o Consumo Consciente, pelo Iser (Instituto Superior de Estudos da Religião) e pelo Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) confirmam a disposição da maioria dos consumidores brasileiros em adquirir produtos e serviços que sejam sustentáveis. Governos que promovem licitações do tipo assumem perante a opinião pública o compromisso com a vida, as gerações futuras e com o uso racional e inteligente dos recursos.

Outro assunto de altíssima relevância deve ser urgentemente debatido com a sociedade brasileira, é a questão do lixo eletrônico ou tecnológico. Tais resíduos, descartados em lixões, constituem-se num sério risco para o meio ambiente, pois possuem em sua composição metais pesados altamente tóxicos, tais como mercúrio, cádmio, berílio e chumbo. Em contato com o solo, estes produtos contaminam o lençol freático; se queimados, poluem o ar. Além disso, causam doenças graves em catadores que sobrevivem da venda de materiais coletados nos lixões.

Por fim, em nossa área de atuação, temos que começar imediatamente a nos preocupar com o lixo eletrônico que produzimos. O que devemos fazer com ele? Perguntas como esta, cabem reflexões onde as empresas de TI devam estar "ligadas" com as políticas (públicas ou privadas) de *descarte do*

lixo eletrônico, implementando ações de gerenciamento do descarte (de real alcance ambiental), através de parcerias com empresas socioambientalmente responsáveis.

Paulo Renato de Carvalho Dias